



### O Ambiente Escolar e as Relações Étnico-Raciais em uma Escola Quilombola de Feira de Santana

*Alison Silva Ferreira<sup>1</sup>; Gessica Guiné Borges<sup>2</sup>; Robson Lima Rodrigues<sup>3</sup>*

**Resumo:** O objetivo deste trabalho foi refletir sobre os obstáculos e as relações étnico-raciais entre as crianças pertencentes à comunidade escolar e os processos e dificuldades dos docentes no ensino quilombola. Portanto, o artigo consiste em um trabalho descritivo-qualitativo, construído após aplicação de questionários. A população alvo da pesquisa foram os professores e os alunos regulares dos anos 2º ao 5º do nível fundamental I da Escola Municipal Margarida Brito de Oliveira, matriculados e devidamente frequentando os turnos matutino e vespertino. Os resultados demonstram que, em efeitos gerais, existe uma dificuldade pela própria aceitação dos alunos pela sua cultura e etnia, rejeitando sua cultura, história e familiaridade, em prol de uma noção ideológica de “branqueamento racial”. Também foi encontrado níveis de racismo evidentes na comunidade, evidenciado pelos estudantes como brincadeiras ou como um mecanismo de defesa a ofensas alheias. Este fato torna-se ainda mais dificultoso a relação entre docente e discentes, pois, apesar dos esforços dos professores na busca pelo ensino voltado para a concepção de igualdade racial, faltam recursos. Neste sentido, observa-se também, a luz da investigação de outros autores, que a resistência à igualdade de direitos entre as pessoas perdura pelo tempo e nos encontra nos tempos atuais presentes também, infelizmente, nos espaços destinados a educar.

**Palavras-Chave:** Preconceitos Étnicos, Racismo, Educação, Ensino.

### The School Environment and Ethnic-Racial Relations in a Quilombola School in Feira de Santana

**Abstract:** The aim of this work was to reflect on the obstacles and ethnic-racial relations between children belonging to the school community and the processes and difficulties of teachers in quilombola education. Therefore, the article consists of a descriptive-qualitative work, built after the application of questionnaires. The target population of the research were teachers and regular students from years 2 to 5 of elementary level I of the Municipal School Margarida Brito de Oliveira, enrolled and duly attending the morning and afternoon shifts. The results demonstrate that, in general, there is a difficulty due to the students' acceptance of their culture and ethnicity, rejecting their culture, history and familiarity, in favor of an ideological notion of “racial whitening”. It was also found levels of racism evident in the community, evidenced by the students as jokes or as a defense mechanism against other people's offenses. This fact makes the relationship between teachers and students even more difficult, because, despite the efforts of teachers in the search for teaching focused on the concept of racial equality, resources are lacking. In this sense, it is also observed, in the light of the investigation of other authors, that the resistance to equal rights between people endures over time and finds us in the present times also, unfortunately, in the spaces destined to educate.

**Keywords:** ethnic prejudices, racism, education, teaching.

<sup>1</sup> Mestrando em Contabilidade (Universidade Federal da Bahia). Especialista em Gestão Ambiental (Universidade Cândido Mendes). Especialista em Gestão Contábil e Finanças Empresariais (Faculdade Católica Paulista). Graduado em Ciências Contábeis (Faculdade Anísio Teixeira). Graduando em Administração Pública (Instituto Federal Baiano). Técnico em Química (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia). Pesquisador na área de Contabilidade Ambiental, Finanças, Terceiro Setor e Educação. [alison.silva.ferreira@hotmail.com](mailto:alison.silva.ferreira@hotmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia (Centro Universitário Leonardo da Vinci). Tem experiência com educação básica.

<sup>3</sup> Graduado em Ciências Contábeis. Especialista em Finanças e Gestão Contábil. Atua como pesquisador na área de contabilidade e finanças e educação em contabilidade.

## Introdução

No Brasil uma das maiores desigualdades sociais assinaladas em todas as instâncias da sociedade é aquela que se refere à educação escolar, seja no que concerne ao acesso, quando ganha relevo a origem social de alunos e professores, seja no que se relaciona ao seu produto, expresso por meio do desempenho dos alunos, da atuação dos professores e das condições escolares oferecidas (SCOTT, LEWIS e QUADROS, 2009).

Uma nação onde seus fatores históricos atribuíram à sociedade uma parte da concepção desigual presente em nosso meio, traduzindo o modelo pré-concebido das formas de padronizar aquela que seria a população aceitável e, por conseguinte, o discernimento que o povo atribuiu como padrão de beleza.

Os fatores históricos podem ser fixados como uma das causas de existirem tantas desigualdades nesta nação; obviamente que, quando pensarmos nestes fatores, devemos levar em consideração que estes comprometeram o acesso de grande parte da população à educação, ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, separou a sociedade em classes econômicas. Para Garcia (2003), esse país foi basicamente fundado pela ideologia de injustiças e exclusões, com formação de uma sociedade escravista e autoritária, sobretudo autoritarismo social.

Dessa forma, destronar o julgo da disparidade social, de séculos de desigualdade, torna-se difícil mesmo que, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394 (BRASIL, 1996), no Artigo II, estabeleça-se a importância da educação para todas e todos como dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo ainda por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na mesma Lei, os Princípios e Fins da Educação Nacional (Artigos I e XII) determinam que deva haver, ainda, igualdade de condições de acesso e permanência na escola e consideração com a diversidade ético-racial, incluído pela Lei nº 12.796, de 2013.

Na busca de desconstruir a imagem contraproducente dos negros, a Lei 11.645 em 2008 inseriu a obrigatoriedade das escolas públicas e particulares tratarem do estudo da história e cultura afrodescendente e indígena e a instituição do dia da consciência negra.

Um dos objetivos deste texto de Lei, em seu contexto seria atribuir conhecimento prévio aos estudantes sobre as origens do país, tendo como principal objetivo reduzir os índices de atos racistas nos ambientes escolares.

Sobretudo, por que, segundo Silva (2011) o negro, que foi inserido como escravizado no Brasil e tendo sua imagem construída a partir de elementos altamente negativos, sendo caracterizado como criatura inferior, primitiva, preguiçosa, de baixo intelecto e instintiva.

Sendo colocado à margem da história como objeto e visto, mesmo após o regime escravista com outros olhos. Assim, faz-se necessário repensar, principalmente dentro do ambiente escolar, a concepção de igualdade de etnias, e acerca do orgulho de hastear a bandeira da democracia racial.

Assim, para tal ponderação, essa pesquisa pretende refletir sobre: como são as relações étnico-raciais que as crianças pertencentes à comunidade escolar quilombola enfrentam e quais os obstáculos socioeducativos aplicados por seus professores?

Portanto, a proposta na construção desse trabalho foi refletir sobre os obstáculos e as relações étnico-raciais entre as crianças pertencentes à comunidade escolar e os processos e dificuldades dos docentes no ensino quilombola.

A construção da presente pesquisa também busca analisar as relações sociais entre os alunos; e o comportamento da comunidade escolar na visão dos mesmos, conferindo o nível de conhecimento destes acerca do problema das desigualdades raciais e, por fim, analisando a influência do ensino dos professores, do material didático e das atividades desenvolvidas na construção de uma concepção melhor nos alunos e no enfrentamento deste problema.

Conforme entende Silva (2014), torna-se importante analisar se a pouca boa vontade dos indivíduos em discutir sobre a temática envolvida, a partir dos achados pesquisados, aparece como entrave e para que se permaneçam na inércia as discussões nas escolas.

## **Referencial Teórico**

### **Da Educação a Educação Étnica**

A educação pode ser entendida como um bem individual e coletivo. Segundo Rousseau (citado por CUNHA, 1995), a educação do homem começa no momento do seu nascimento; antes de falar, antes de entender, já se instrui. Quando nos referimos a bens, vale lembrar, que bem significa: aquilo que é útil para a existência e conservação, ou auge de alguma coisa, física ou moral.

Assim, como atribuiu Terra (2008): damos o nome de bens aquelas coisas que, por serem úteis ao homem, são objetos de apropriação. Então, é essencial ressaltar que a educação

é, sobretudo, um bem, pessoal, na medida em que atribui ao indivíduo à possibilidade de satisfação individual e melhores condições de vida, coletiva, pois, além de melhorar os indicadores sociais, quebra as barreiras classificatórias da sociedade.

Quando nos referimos à educação racial, nos atentamos a posicionarmos ao debate onde há questões que podem ser levantadas a partir desse tema. As escolas devem atentar-se a assuntos como este, pois falar e discutir sobre sua cultura, demonstraria uma visão adequada e essencial sobre o significativo que impregnou na construção desta nação. Imagem esta que vem cada vez mais deixando de ser passada de forma fidedigna, tornando a história e importância desse povo apática. Na verdade, trata-se de negação da própria identidade e de seus conflitos.

Isso por que, segundo Cordeiro, Menin e Shimizu (2006) e Matta (1991), no Brasil, o preconceito racial, ao longo dos tempos foi tratado como algo inexistente, até mesmo pela escola, com um falso pensamento de cultura uniforme, pela idealização de um pressuposto de igualdade.

Conforme também afirma Ramos (1981), estas ausências de nossa antropologia, de que também está afetada nossa sociologia, são nitidamente perceptíveis nos estudos sobre o negro brasileiro. Portanto, é circunstancial transmitir a ideia de que os negros não demonstraram pacificidade perante a escravidão (CARVALHO, 2011).

Somente a partir da criação da Lei 11.645/08, (apoio à Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação racial) o Estado demonstrou realmente certa preocupação em nortear a sociedade, principalmente os estudantes de educação básica sobre a diversidade étnico-racial existente em nosso país.

Contudo, mesmo após 12 anos de criação desta lei, observamos problemas similares ao que víamos antes de tê-la, inicialmente por não haver formação adequada para o corpo docente das escolas. Fator que causa a falta de oferta incentivadora de debates às, e pelas alunas e alunos, não havendo, ainda, estabelecido um plano de educação voltado a tratar efetivamente da cultura e diversidade étnica do país (CARNEIRO, 2014).

O que existem são apenas ações fechadas e individualizadas em cada ambiente escolar, muitas vezes ligadas unicamente o próprio universo escola, sem abranger nada além da passagem pelo conteúdo, ou em alguns casos apenas a citação dele.

Este vínculo entre Estado, escola, e docentes é fundamental para a construção e correta aplicação destas políticas. Segundo Braga e Silveira (2007), é através da escola, aliada a outros sujeitos capazes de promover políticas públicas que poderá se pensar a respeito das atitudes de discriminação e provocar mudanças para os alunos.

Braga e Silveira (2007) citam que o papel dos professores (de qualquer nível de ensino) é a promoção de debate em relação às políticas de ações afirmativas. Isso se faz necessário para introduzir no ensino a valorização da cultura negra e o combate às desigualdades raciais resultando em promoção do ensino de qualidade, com o objetivo de reduzir as exclusões e promover a verdadeira ideologia de raça e gênero.

As autoras também abordam uma idealização sobre a importância do planejamento dos gestores das escolas para trabalhar com a temática e das estratégias específicas que devem ser tomadas para introduzir o ensino acerca de desigualdades sociais e cultura negra, além da inclusão de um Programa de Formação de Professores para estudo das relações raciais aplicadas objetivamente à educação e a implementação de uma pedagogia antirracista.

Corroborando, Cordeiro, Menin e Shimizu (2006) desenvolveram uma concepção sobre a temática, que trata da importância de debater sobre temas relacionados à diversidade cultural e preconceito, e o crescimento dos trabalhos acadêmicos voltados a estas temáticas no decorrer dos anos.

Contudo, segundo as autoras, temas voltados para Ética e Preconceito têm sido foco de discussões no panorama educacional brasileiro, recebendo uma atenção especial devido às suas possibilidades de inserção como transversalidade no currículo escolar.

## **Preconceitos Étnicos e Exclusão Social nas Escolas**

Arzabe (2011) atribuiu aos termos Inclusão e Exclusão a definição como sendo decorrência das desigualdades, visto que inclusão/exclusão e pobreza/riqueza são dicotomias relacionadas à desigualdade e, portanto, ao tema da igualdade. Por via de consequência, são relações e não estados, relações estas ligadas à oposição feita entre liberdade e igualdade, que estariam uma para outra como que numa gangorra.

Segundo Montoan (2006) a igualdade não é um objetivo a atingir, mas um ponto de partida, uma suposição a ser mantida em qualquer circunstância. Dias (2003) cita pertinentemente que essa igualdade é algo que sempre se está em busca, está prevista nos direitos humanos e previsto nas leis do Brasil como direito fundamental

Portanto, a igualdade é, sem dúvidas, um fator circunstancial e legítimo para a convivência do ser humano em sociedade. Alguns autores como Montoan (2006) e Dias (2003) acreditam que se faz necessário primeiramente admitir que haja entre nós indiferenças, ou seja, a partir da compreensão da desigualdade poderemos obter a igualdade.

Conforme Capucha (1998) os fatores históricos também são agentes causadores de exclusão social, problema enfrentado pela população negra nos meios institucionais e escolares. Ademais, existem uma série de outros motivos que também podem desencadear exclusões sociais, dentre outros, podemos citar: questões relacionados a problemas de habitação, baixos escolarização, reduzidas qualificações, fraca participação social e política.

Além de fatores históricos, outras causas das exclusões sociais de estudantes negros são as condições financeiras das famílias negras. Apesar de vivermos em um país laico e miscigenado, onde a predominância étnica é justamente das pessoas pardas e negras, ainda há um número expressivo de atividades racistas, inclusive a própria população negra.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, só em São Paulo, no primeiro semestre de 2018 o número de boletins de ocorrência de racismo e injúria racial registrados no estado aumentou 29%.

De acordo com o artigo 140, parágrafo 3º do Código Penal, injúria racial se refere a ofensa à dignidade ou decoro utilizando palavra depreciativa referente a raça e cor com a intenção de ofender a honra da vítima.

A falta de consciência crítica e interpretativa faz com que as pessoas cometam esses atos discriminatórios, sobretudo racistas, inclusive nos ambientes escolares e institucionais de ensino, através de piadas, por exemplo, ou as ofensas proferidas sobre a cultura afrodescendente, discriminando manifestações religiosas de matriz africana.

Assim, Montoan (2006) acredita que a inclusão não pode mais ser ignorada. Ela está tão presente que motiva pressões descabidas, que pretendem nos desestabilizar a qualquer custo e, por isso mesmo, deve ser debatida no ambiente escolar.

## **Discussões na Teórica e Prática**

Existe uma preocupação muito grande dos órgãos de proteção aos direitos humanos em reduzir as diferenças sociais, relativas ao gênero e etnias. Segundo a UNICEF (2009) os indicadores sociais ainda apontam uma diferença circunstancial em relação às condições de vida de pessoas brancas e negras e uma diferença de oportunidades ofertadas a homens e mulheres, principalmente no mercado de trabalho. Trata-se de uma análise minuciosa das situações de desigualdades que ainda não foram eliminadas da nossa sociedade, mesmo com o acordo firmado entre os países, mediante a ONU.

Outro dado importante apontado pela pesquisa é sobre o acesso à educação escolar para as mulheres ser maior se comparado ao acesso dos homens. No entanto, aponta a pesquisa que estes números ainda são maiores entre as meninas brancas, o que demonstra que existem problemas com o acesso ofertado entre as etnias.

Segundo as estatísticas da UNICEF (2009), há ainda uma preocupação muito grande em relação ao acesso ao mercado de trabalho, pois os homens têm o dobro de acesso ao mercado de trabalho, se comparados às mulheres. Entre as mulheres negras, o acesso ao mercado formal é duas vezes menor que entre os homens brancos.

Estas desigualdades, geralmente são acompanhadas de outras desigualdades, seja ela por sexo, gênero, religião, cultura ou classe social, conforme Quadros, Lewis e Scott (2009), sobretudo por que descobriu-se que essas desigualdades motivam outras.

Para que fossem abertas as portas do mercado de trabalho as pessoas negras e de baixa renda, sobretudo ofertando educação básica, médio-técnica e superior, a fim de reduzir desigualdades e alcançar as metas estipuladas pela ONU, foram criadas pela União, as políticas de ações afirmativas, que segundo Gomes (2002) são voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física.

Conforme o Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (GEMMA) seu principal objetivo rodeia em alocar recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente, ou seja, busca-se uma composição diversificada onde não haja o predomínio de raças, etnias, religiões, gênero, etc. como, por exemplo, a homogeneização de etnias nas universidades, ou seja, as oportunidades voltadas apenas, e, exclusivamente para as pessoas de pele branca.

Em tese, com a quebra das desigualdades na educação e qualificação dos profissionais, sejam homens ou mulheres, brancos ou negros, as oportunidades no mercado seriam abertas as classes de forma igualitária. Contudo, Quadros, Lewis e Scott (2009) acreditam que as desigualdades, e, sobretudo o racismo, estão relacionados com um fator mais expresso, o poder, o prestígio social e os fatores históricos que o conduziram.

Por fim, acredita-se, contudo, que mantendo e aplicando as políticas, as indiferenças sociais irão diminuir, na medida em que diminuirá as desigualdades causadas por gêneros e raças, tal como: o acesso à educação, ao emprego, aos cargos públicos, as participações políticas, aquisição de bens e reconhecimento cultural (UNICEF, 2009).



## Metodologia

Com a finalidade de alcançar o objetivo proposto, a presente pesquisa se utilizará de uma metodologia de objetivo descritiva, isso, por que, segundo Vergara (2016) tal tipo de pesquisa abordado tem a finalidade de descrever as características tanto de uma população e de um fenômeno, e está diretamente ligada com o objeto deste estudo, aplicando técnicas de coleta de dados através de questionários aplicados para chegar aos devidos resultados.

A pesquisa também foi fundamentada em procedimentos bibliográficos, pois conforme a base os estudos de Gil (2010), torna-se vantajosa o uso deste procedimento, particularmente, quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Em segundo momento, a pesquisa, pode ser descrita como estudo de campo, pois para este tipo de trabalho, o fato estudado é abordado em seu ambiente próprio, o que permite que a coleta de dados seja feita nas condições naturais, sem intervenção e manuseio do pesquisador, conforme Severino (2007).

A população e alvo deste trabalho foram os alunos regulares dos anos iniciais da Escola Municipal Margarida Brito de Oliveira, especificamente, os discentes do 2º ao 5º ano do nível fundamental, matriculados e devidamente frequentando os turnos matutino e vespertino. Além disso, também foi feito uma entrevista com as professoras que realizam o ensino dessas turmas.

A Escola Margarida Brito é um colégio público comunitário de pequeno porte situado na localidade do São João do Cazumbá na região do Tomba, maior bairro do município de Feira de Santana, sendo, inclusive um dos centros educacionais mais antigos da região.

Essa escola possui ensino de educação infantil (Grupos 4 e 5) e séries iniciais (Fundamental I). A localidade possui características quilombolas, e, apesar de ainda não ser reconhecida pela Fundação Palmares, é vista pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana como uma localidade com traços de quilombo por sua cultura, história e proximidade social.

As informações necessárias foram coletadas através de um questionário *Survey*, de caráter objetivo. Os questionamentos foram constituídos com base nas pesquisas de Trindade (1994), mas foram feitas adaptações e atualizações para enquadramento da presente pesquisa.

Desta forma, percebeu-se que 31 alunos e 2 professores concursados e efetivos estavam dentro do filtro determinado para o desenvolvimento da presente pesquisa. Contudo, foi reservado o direito de escolha dos alunos e professores em participar da pesquisa, e 11/31 estudantes optaram pela não participação. Portanto, 20 alunos responderam os questionários, frequência que corresponde a quase 65% da população, conforme a tabela 1, a seguir.



**Tabela 1.** Composição da amostra de alunos

| Sexo      | População | Amostra Obtida | Percentual Obtido |
|-----------|-----------|----------------|-------------------|
| Masculino | 16        | 8              | 50,0              |
| Feminino  | 15        | 12             | 80,0              |
| Total     | 31        | 20             | 65,0              |

Fonte: Pesquisa dos autores

## Resultados e Discussões

### Perfil dos Professores

Considerando o objetivo desta pesquisa em refletir sobre os obstáculos e as relações étnicos-raciais entre as crianças pertencentes à comunidade escolar e os processos e dificuldades dos docentes no ensino quilombola foi aplicado um questionário *Survey* a 20 alunos entre os anos 2º ao 5º do nível fundamental e os 2 professores responsáveis pelas turmas. Conforme a tabela 1, se observa que predomina os estudantes do sexo feminino que representam 65% da amostra total.

Portanto, a respeito da composição da amostra dos alunos, têm-se que 12 alunos são do sexo feminino e 8 estudantes do sexo masculino. Os resultados acerca do perfil dos professores encontram-se disponíveis na tabela 2, abaixo.

**Tabela 2.** Perfil dos professores

| Questionamentos   | Professor 1            | Professor 2     |
|---|------------------------|-----------------|
| Tempo de experiência  | Mais de 25 anos        | Mais de 25 anos |
| Você se considera   | Negro (a)              | Negro (a)       |
| Tempo de Experiência como professor do ensino fundamental I | Mais de 25 anos        | Entre 7-9 anos  |
| Escolaridade  | Magistério             | Pós/MBA         |
| Formação  | Magistério em Educação | Geografia       |

Fonte: Pesquisa dos autores

Conforme a tabela 2, têm-se que ambas as professoras possuem experiências sólidas com ensino, e se consideram negras. Nota-se que uma das educadoras têm mais de 25 anos de atuação com ensino fundamental (alvo deste trabalho) enquanto a outra entrevistada tem, ao menos, entre 7 e 9 anos nessa área.

Acerca da formação, a professora 1 possui magistério em educação e a outra participante possui nível de especialização, com graduação em geografia. Ademais, esta última também informou que possui outra graduação em serviço social.

## Relações Étnicas-Raciais na Comunidade sob a Ótica de Professores e Alunos

As tabelas generalistas, a seguir, apresentam a ótica dos professores e também dos alunos acerca do ambiente escolar em que trabalham e estudam, respectivamente, e ainda da comunidade escolar que estão inseridos.

Assim, a princípio, foi questionado aos alunos a opinião deles acerca da composição étnica brasileira e se os mesmos se consideram ou não negros, conforme as tabelas 3 e 4. Na mesma proporção, questionou-se, aos professores a composição étnica da comunidade em que atuam.

**Tabela 3.** Composição étnica brasileira conforme os alunos

| <b>Composição Étnica brasileira</b>      | <b>Frequência</b> | <b>Percentual</b> |
|--|-------------------|-------------------|
| Branco e Negro                           | 13                | 65,0              |
| Mestiçagem (mistura étnicas)             | 5                 | 25,0              |
| Branco e amarelo, negro, moreno e mulato | 0                 | 0,0               |
| Branco, amarelo, pardo, negro e indígena | 0                 | 0,0               |
| Não sei responder                        | 2                 | 10,0              |
| Total                                    | 20                | 100,0             |

Fonte: Pesquisa dos autores

Percebe-se que em linhas gerais, para 65% dos estudantes, a população brasileira é formada de brancos e negros. Apenas 25% acreditam que há uma mestiçagem, ou seja, que na verdade, há uma mistura entre cores e raças, que formam a própria cultura brasileira.

Ademais, conforme o IBGE (2010) o método utilizado para identificação é o sistema de “cor ou raça”, onde o próprio indivíduo tem sua autodeclaração. Atualmente o órgão detém um sistema com cinco categorias para que os cidadãos brasileiros e naturalizados se declarem, são eles: brancos, amarelos, pardos, negros e indígenas; item que corresponde a opção 4 da tabela 3 que, por sua vez, não obteve foi opção de resposta dos alunos.

A respeito deste sistema classificatório, Osório (2003) considera, devido as evidências apresentadas, ser adequado, ao menos para fins de pesquisa e caracterização das desigualdades raciais existentes no Brasil.

No entanto, Guimarães (2011) vê esse sistema de cor se originando da intrincada teoria de “embranquecimento” que a nossa geração naturalista moldou a partir das diversas teorias raciais então vigentes e que essa ótica tem perdido força com o passar dos anos.

**Tabela 4.** Visão dos estudantes sobre si.

| <b>Você se considera negro?</b>    | <b>Frequência</b> | <b>Percentual</b> |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Sim                                | 10                | 50,0              |
| Não, sou moreno                    | 5                 | 25,0              |
| Não, sou branco                    | 1                 | 5,0               |
| Não, sou pardo ou tenho pele clara | 4                 | 20,0              |
| Total                              | 20                | 100,0             |

Fonte: Pesquisa dos autores

Quanto a auto identificação, nota-se que 50% dos indivíduos se consideram negros. Contudo, apesar de que apenas 5% se autodeclarou branco, têm-se também que 25% e 20%, respectivamente, se entendem como uma pessoa morena ou de pele clara.

Osório (2003) cita que o uso do termo “moreno” funciona como um eufemismo para não se referir a pessoas como negras, pretas, ou pardas, é a expressão perfeita dessa etiqueta das relações raciais, sendo, inclusive uma espécie de concessão polida para não “depreciar-se” pela alusão ao que se entende como condição racial.

A opinião dos professores respondentes, é que na comunidade do São João do Cazumbá, há, na verdade, uma mestiçagem de etnias que advém dos traços culturais característicos de comunidades quilombolas.

## **Racismo e Suas Evidências**

A pesquisa também se deteve a verificar evidências comportamentais dos alunos em relação a atitudes preconceituosas e racistas. Contudo, ressalta-se que não se pretendeu avaliar o analisar quesitos psicológicos dos estudantes, nem inferir julgamentos ou diagnósticos.

Assim, a tabela 5 abaixo apresenta o entendimento dos discentes quanto ao significado de discriminação. Em seguida, na tabela 6, mais especificamente, questionou-se aos alunos o que poderia vir a ser racismo.

**Tabela 5.** O que entendem os alunos sobre discriminação.

| <b>O que é discriminar para você?</b>                             | <b>Frequência</b> | <b>Percentual</b> |
|---|-------------------|-------------------|
| Tratamento diferente de uma pessoa para outra por qualquer motivo | 7                 | 35,0              |
| Uma brincadeira com outra pessoa                                  | 8                 | 40,0              |
| Uma bobagem   | 2                 | 10,0              |
| Algo sério, que existe, mas nunca vi                              | 2                 | 10,0              |
| Não sei responder   | 1                 | 5,0               |
| Total   | 20                | 100,0             |

Fonte: Pesquisa dos autores

A tabela 5 dispõe que 35% dos respondentes informaram que discriminação significa um tratamento diferente de uma pessoa a outra, sem motivos; outros 50% veem que discriminação é nada mais senão uma brincadeira ou não tem importância. Há ainda aqueles que acreditam na seriedade do termo, apesar de entender que nunca presenciaram, estes representam 10% do total.

Acerca do termo discriminação, cita Santos (2010) cita que para todos os efeitos, considera-se discriminação todo ato de diferenciação dentro de um grupo e que por efeitos da Lei 7.716/89 pode ser visto ainda como efeito de segregar, dolosa, comissiva ou omissivamente alguém por pertencer supostamente ou real a uma cor, etnia, religião, região, procedência nacional ou cultura.

Portanto, considera-se, na literalidade do termo, que a resposta mais esperada seria a primeira, contudo, nota-se que uma parte considerável dos respondentes não entendem acerca da significância desta matéria. Para Nardi e Quartiero (2012) é justamente a escola a ponte que liga os espaços privados e públicos, sendo, portanto, de sua competência o ensino a diversidade e igualdade de direitos.

Segundo Crenshaw (2002) principalmente os aspectos de discriminação racial e de gênero estão desprendidos dos discursos dos direitos humanos, portanto, é necessário o enfoque desses temas das instituições. Neste contexto, verifica-se a importância das abordagens, a seguir, onde questionou-se aos alunos o significado, para eles, de racismo.

Tabela 6. O que entendem os alunos sobre racismo.

| <b>O que é racismo para você?</b>  | <b>Frequência</b> | <b>Percentual</b> |
|--|-------------------|-------------------|
| Tratamento diferente de uma pessoa para outra por causa de sua cor de pele | 6                 | 30,0              |
| Algo que não existe mais   | 3                 | 15,0              |
| Uma brincadeira sobre a cor de pele do outro                               | 10                | 50,0              |
| Algo sério, que existe, mas nunca vi                                       | 0                 | 0,0               |
| Não sei responder  | 1                 | 5,0               |
| Total  | 20                | 100,0             |

Para 15% dos estudantes da Escola Margarida Brito de Oliveira, o racismo não é real e ainda que 30% dos participantes entendem que o preconceito racial é uma forma de tratar o outro com indiferença por causa da sua etnia, outros 50% ainda o veem sem nenhuma maldade, apenas como uma brincadeira.

Em um estudo realizado por Nunes (2014) com uma amostra de 11 alunos de primeiro ano do curso de Letras da Universidade de São Paulo e utilização de métodos de entrevista semiestruturada, observou-se que em quase todos os casos foram relatados pelos entrevistados recorrência de brincadeiras racistas. Para a autora, a visão geral obtida com a pesquisa é que se permite a convivência com pessoas negras desde que haja um racismo sutil ao mesmo tempo.

Seja no nível superior, ensino médio ou na educação básica, o racismo no Brasil existe, ainda que seja velado. Guimarães (2019) descreve que se trata de um preconceito racial sem intenção, às vezes de brincadeira, mas sempre com consequências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos.

O resultado apontado na tabela 6 e as considerações dos autores fica ainda mais evidente se comparado com a resposta dos estudantes acerca do racismo na comunidade em que vivem, conforme a tabela 7.

Tabela 7. O que entendem os alunos racismo na comunidade.

| <b>Você acha que as pessoas da sua comunidade são racistas?</b>                | <b>Frequência</b> | <b>Percentual</b> |
|--|-------------------|-------------------|
| Não, todos somos iguais, não existe racismo                                    | 5                 | 25,0              |
| Sim, pessoas tratam outras pessoas de cor de pele diferentes de forma desigual | 5                 | 25,0              |
| Sim, brancos tratam negros com indiferença                                     | 1                 | 5,0               |
| Sim, negros tratam brancos diferentemente                                      | 0                 | 0,0               |
| Não, mas as vezes alguma pessoa xinga outra com palavras racistas              | 8                 | 40,0              |
| Não sei responder  | 1                 | 5,0               |
| Total  | 20                | 100,0             |

A tabela 7 apresenta novamente o mesmo indício, no geral 65% dos discentes acreditam que não há racismo na comunidade. Destes, 40% notificam que apesar de não haver preconceitos étnicos-raciais presentes na comunidade, as pessoas utilizam ofensas racistas entre si.

Nunes (2014) descreve que é necessário ressaltar que qualquer forma de insulto é uma maneira de evidenciar a hierarquia de um indivíduo sobre o outro e "sabotar" qualquer tentativa de tratamento igualitário.

Nesta mesma ótica, questionados os professores acerca dessas relações étnicas-raciais entre alunos e da comunidade, os docentes responderam que constantemente os alunos ofendem-se com atitudes racistas. Uma das professoras relatou presenciar, e, constantemente atitudes racistas entre as pessoas da comunidade.

Zamora (2012) cita que é preciso superar o pensamento que prefere admitir que melhorando nossa injustiça social. Considerando tal ponderação, questionou-se aos alunos se os mesmos se consideram racistas ou já fizeram alguma atitude racista com alguém.

Tabela 8. Você se considera racista?

| <b>Você se considera racista ou já fez alguma atitude racista com alguém?</b> | <b>Frequência</b> | <b>Percentual</b> |
|---|-------------------|-------------------|
| Não, não me considero racista, nem nunca tratei ninguém com indiferença       | 8                 | 40,0              |
| Não, mas já fiz brincadeiras sobre a pele de alguém                           | 4                 | 20,0              |
| Sim, eu sou racista, mas apenas com brincadeiras, nada sério                  | 3                 | 15,0              |
| Sim, eu sou racista, não acho que isso seja ruim                              | 1                 | 5,0               |
| Não, mas se meu colega me xingar de algo racista, eu o xingo também           | 4                 | 20,0              |
| Não sei responder   | 0                 | 0,0               |
| Total   | 20                | 100,0             |

A tabela 8 demonstra certa variação nas respostas, mas, no geral, 80% dos estudantes acreditam que não são racistas, destes, 20% afirmam que, apesar de não se considerarem preconceituosos, caso sejam ofendidos com xingamentos racistas, farão o mesmo com o opressor e outros 20% deste total citaram já terem feito alguma ofensa sobre a pele de alguém.

Enquanto isso, 40% dos alunos detêm a afirmativa de que não são racistas, outros 15% afirmam que são racistas por efetuarem brincadeiras, mas que isso não é algo sério. No geral, 35% dos respondentes afirmaram fazer ou já ter feito alguma zombaria com outro indivíduo.

Conforme Barbosa (2004) a prática educativa transformadora instiga o aluno a fazer leitura dos acontecimentos históricos. Este quesito pode levar os mesmos a adotar melhores práticas. Considerando essa prerrogativa, foi perguntando aos alunos acerca do efeito desta pesquisa com os mesmos.

**Tabela 9.** Efeito da pesquisa nas atitudes dos alunos

| <b>Depois de responder essa pesquisa você pretende repensar e melhorar suas atitudes?</b> | <b>Freq.</b> | <b>Perc. %</b> |
|---|--------------|----------------|
| Não, a pesquisa é importante, mas eu não discrimino ninguém                               | 3            | 15,0           |
| Não, a pesquisa não mudou nada, continuarei como sou                                      | 3            | 15,0           |
| Sim, a pesquisa ajudou a ver que precisamos mudar   | 14           | 70,0           |
| Total   | 20           | 100,0          |

Fonte: Pesquisa dos autores

Conforme a tabela 9 exemplifica, 70% dos estudantes acreditam que após a participação dessa pesquisa é necessário tomar novas atitudes em relação ao próximo e a si mesmo. Apenas 15% dos alunos entendem que não realizam nenhum tipo de discriminação, mas citam que a pesquisa possui relevância, enquanto outros 15% não encontraram efeitos positivos na pesquisa.

## **A Educação Étnica-Racial**

Na opinião de Nardi e Quartiero (2012) o Estado possui a obrigatoriedade de preparar os docentes para a qualidade de ensino não apenas acerca da educação racial, mas sobre a própria cultura negra, como forma de quebrar paradigmas. Sendo de sua competência atuar sobre a formação dos professores como forma gerar respostas ao problema (DIAS, 2012).

Contudo, também cabe ao professor buscar as alternativas pedagógicas e metodológicas para introduzir tais assuntos nas aulas diárias. Conforme as tabelas 10 e 11, foram questionados aos estudantes e seus professores, respectivamente, acerca do ensino sobre a cultura negra.

**Tabela 10.** Opinião dos alunos sobre o ensino da cultura negra em sala de aula.

| <b>A escola e os professores ensinam sobre a cultura negra?</b> | <b>Frequência</b> | <b>Percentual</b> |
|---|-------------------|-------------------|
| Sim, às vezes   | 5                 | 25,0              |
| Não, nunca ensinou  | 0                 | 0,0               |
| Sim, nas aulas de história                                      | 12                | 60,0              |
| Sim, nas aulas de artes   | 1                 | 5,0               |
| Sim, em todas as disciplinas (matérias)                         | 2                 | 10,0              |
| Total   | 20                | 100,0             |

Fonte: Pesquisa dos autores

Observa-se que em 100% dos casos foi entendido pelos discentes que o ensino sobre a cultura negra é realizado pelos professores conforme as diretrizes da Lei 11.645/08. Isso, por que, para 60% dos estudantes, este ensino é realizado, apesar de ser apenas nas aulas de história.

A normativa do MEC para essa disciplina prevê que a mesma deve possuir 80 horas anuais, ou seja, ao menos, 2 aulas por semana. Sendo assim, podemos considerar que a opinião destes alunos é de um ensino com baixa frequência. Esses números podem ser somados aos demais 25% dos alunos que informaram este ensino é feito eventualmente.

Apenas 10% dos respondentes disseram que o ensino acerca da cultura afrodescendente é realizada em caráter multidisciplinar. Inclusive, observa-se a partir da tabela, a seguir, que o ponto de vista dos professores confere a opinião dos alunos.

**Tabela 11.** Opinião dos professores sobre o ensino da cultura negra em sala de aula.

| <b>Contexto do ensino étnico-racial</b>  | <b>Professor 1</b>                 | <b>Professor 2</b>            |
|--|------------------------------------|-------------------------------|
| Você promove o ensino objetivando reduzir a frequência de atitudes racistas entre os alunos? | Sim, mas com baixa frequência      | Sim, mas com baixa frequência |
| Você promove o ensino sobre a cultura e história dos negros no Brasil?                       | Sim, mas com baixa frequência      | Sim, mas com baixa frequência |
| Você faz alguma atividade diferenciada para ensinar sobre cultura negra?                     | Dificilmente, pois faltam recursos | Às vezes, mas faltam recursos |

Fonte: Pesquisa dos autores

Conforme a tabela 11, os professores promovem o ensino sobre a cultura e história dos negros do Brasil com baixa frequência e este ensino para redução de atitudes racistas é realizado também em poucos momentos. Contudo, o motivo apontado pelos educadores para realização dessas atividades com baixa frequência é o mesmo: falta de recursos.

Fato que corrobora com a opinião de Gomes (2002), quando cita que as políticas públicas, se voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material, neutraliza os efeitos da discriminação e encerra-a.



## Considerações Finais

O ambiente escolar pode ser visto também como um ambiente social, onde há interações diretas entre pessoas. Portanto, a preocupação com o desenvolvimento de aluno inicia-se na aceitação das diferenças, a fim de alcançar a igualdade.

Consideramos assim ser necessário analisar a escola como um ambiente social tanto de aprendizado, de troca de conhecimento quanto, e, principalmente, de noções de cidadania, igualdade e respeito ao ser humano.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi refletir sobre os obstáculos e as relações étnico-raciais entre as crianças pertencentes à comunidade escolar e os processos e dificuldades dos docentes no ensino quilombola; a partir da aplicação de um questionário de tipo *Survey* aos professores e alunos regulares dos anos iniciais da Escola Municipal Margarida Brito de Oliveira, especificamente, dos anos 2º ao 5º do nível fundamental I, matriculados e devidamente frequentando os turnos matutino e vespertino.

Os principais resultados encontrados apontaram que em efeitos gerais, os alunos acreditam que existe indícios de preconceito racial na comunidade do São João do Cazumbá. Nota-se a dificuldade pela própria aceitação e a resistência dos estudantes em se considerarem negros, rejeitando sua cultura, história e familiaridade, em prol de uma noção ideológica de “branqueamento racial”.

O racismo é visto pelos estudantes como brincadeiras ou como um mecanismo de defesa a ofensas alheias. Este fato torna-se ainda mais dificultoso na relação entre docente e discentes, pois, apesar dos esforços dos professores na busca pelo ensino voltado para a concepção de igualdade racial, faltam-lhes recursos.

Contudo, observou-se que a pesquisa gerou resultados satisfatórios entre os respondentes, pois 85% deles entenderam que há relevância social nos questionamentos apresentados a eles, e destes, 70% posicionaram-se na necessidade de mudança.

Ademais, acredita-se que uma formação adequada às professoras e professores, atrelado as condições necessárias oferecidas pelo Estado, para construção de estratégia que garantam a efetivação das políticas públicas existentes para o combate ao preconceito institucionalizado fará da escola efetivamente um ambiente social favorável à construção da igualdade.

No entanto, para isso, é preciso quebrar obstáculos de seus próprios obstáculos: os caminhos para o ensino da diversidade cultural e étnica, em decorrência da falta de estratégias

para o diálogo aberto em sala de aula, e na comunidade, acabam cultivando a não aceitação do próximo.

Contudo, é exatamente este o papel dos educadores: indicar um caminho para um mundo melhor sem desigualdades. E constitui-se o papel primordial das famílias: mostrar as crianças que existem diferenças, e essas diferenças que formam a beleza do nosso país, sendo, portanto, papel de toda sociedade a busca e (o alcance) por condições dignas de igualdade entre todas as pessoas.

Assim, sugere-se o investimento das abordagens, aplicando a metodologia em séries avançadas e até mesmo no ensino superior, pois acredita-se que a pesquisa é o meio científico e acadêmico de discussão economia, social, intelectual e educacional, transformando cidadãos em indivíduos pensantes.

## Referências

ARZABE, P. H. M. **Pobreza, exclusão social e direitos humanos: o papel do Estado**. São Paulo, 2011.

BARBOSA, M. S. S. **O papel da escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, RS, 2004.

BRAGA, M. L.; SILVEIRA, M. H. **O programa diversidade na universidade e a construção de uma política educacional anti-racista**. Brasília, 2007.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em: 08. ago. 2019.

CAPUCHA, L. **Pobreza, exclusão social e marginalidade**. Celta Editora Organização. Oeiras: 1998.

CARNEIRO, J. D. **IBGE: Redução da desigualdade no Brasil estaciona nos níveis de 2011**. Rio de Janeiro: BBC Brasil, 2014.

CARVALHO, L. **Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana**. Canal do Educador. Brasil, 2011.

CORDEIRO, A. P. MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M. Ética, preconceito e educação: características das publicações em periódicos nacionais de educação, filosofia e psicologia entre 1970 e 2003. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 11, n. 31, jan./abr, 2006.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, ano 10, 1º sem., p. 171-188, 2002.

CUNHA, L. A. **Sociedade, Estado e educação notas sobre Rousseau, Bonald e Saint-Simon**. Faculdade de Educação. São Paulo, 1995.

DIAS, L. R. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, set.-dez., 2012.

DIAS, M. B. A igualdade desigual – The unequal equality. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**. n° 2, jul./dez. 2003.

GARCIA, R. C. Iniquidade social no Brasil: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento. **Texto para discussão 971**. Brasília, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 5ª Edição. Editora Atlas, 2010.

GOMES, J. B. **Ações afirmativas: aspectos jurídicos**. Racismo no Brasil, São Paulo, 2002.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 20, p. 265-271, 2011.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: 2019.

IBGE. **Cor ou raça**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-obrasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: 08. Ago. 2019.

MONTOAN, M. T. É. **Igualdade e diferenças na escola – como andar no fio da navalha**. São Paulo, 2006.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.11, - pp.59-87, ago. 2012.

NUNES, S. S. Racismo contra negros: sutileza e persistência. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, vol. 14, n. 29, abr, 2014.

QUADROS, M. T.; LEWIS, L.; SCOTT, P. **Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente**. Editora Universitária. UFPE. Recife. 2009.

OSORIO, R. G. O sistema classificatório de “cor e raça” do IBGE. IPEA. **Texto para discussão**, nº 996, Brasília, 2003.

RAMOS, A. G. O problema do negro na sociologia brasileira. **Caderno de nosso tempo**, vol. 2, n. 1, p. 189-220, 1994.

SANTOS, C. J. **Crimes de preconceito e de discriminação**. 2 ed. São Paulo: Saraíva, 2010.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO. **Dados estatísticos do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/pesquisa.aspx>>. Acesso em: 16. Mar. 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, N. R. F. **Representações da Culpabilização de Mulheres Vítimas de Estupro: Uma Análise Étnico-Racial**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 9º Prêmio Construindo a Igualdade. Brasília, 2013.

TERRA, E. **Linguagem, língua e fala**. São Paulo: Scipione, 2008.

TRINDADE, A. L. **O racismo no cotidiano escolar**. (Dissertação) Mestrado em Educação. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Psicologia da Educação, Rio de Janeiro, 1994.

UNICEF. **Desigualdades Raciais e de Gênero entre Crianças, Adolescentes e Mulheres no Brasil, no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Cartilha da UNIFEM. Brasil. 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

ZAMORA, M. H. R. N. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 24, n. 3, p. 563-578, Set./Dez., 2012.



#### **Como citar este artigo (Formato ABNT):**

FERREIRA, Alison Silva; BORGES, Gessica Guiné; RODRIGUES, Robson Lima. O Ambiente Escolar e as Relações Étnico-Raciais em uma Escola Quilombola de Feira de Santana. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Maio/2020, vol.14, n.50, p. 764-782. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 06/04/2020

Aceito: 05/05/2020